

Demonstrações Financeiras

Rede Nacional de Ensino e Pesquisa - RNP

31 de dezembro de 2013
com Relatório dos Auditores Independentes sobre as
Demonstrações Financeiras

Associação Rede Nacional de Ensino e Pesquisa - RNP

Demonstrações financeiras auditadas

31 de dezembro de 2013

Índice

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras.....	1
Demonstrações financeiras auditadas	
Balanço patrimonial.....	4
Demonstrações do déficit do exercício.....	5
Demonstrações das mutações do patrimônio social.....	6
Demonstrações dos fluxos de caixa.....	7
Notas explicativas às demonstrações financeiras	8

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Conselheiros da
Associação Rede Nacional de Ensino e Pesquisa - RNP
Rio de Janeiro - RJ

Examinamos as demonstrações financeiras da Associação Rede Nacional de Ensino e Pesquisa - RNP (“Entidade”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2013 e as respectivas demonstrações do déficit, das mutações do patrimônio social e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis a entidades sem fins lucrativos (Resolução CFC 1.409/12) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorções relevantes, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro.

Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Entidade para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Entidade. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Base para opinião com ressalva

Conforme descrito na Nota 12 a Entidade possui obrigações com diversos fornecedores de bens e serviços, dentre as quais provisões referentes aos serviços prestados por operadoras de telecomunicação que em 31 de dezembro de 2013 montavam aproximadamente R\$20.043 mil (R\$4.669 mil em 31 de dezembro de 2012). A Entidade vem efetuando análise destas obrigações com o objetivo de determinar seu saldo acurado; contudo, até presente data, estas análises não haviam sido concluídas e não pudemos nos satisfazer quanto à adequação dos saldos de obrigações com fornecedores de telecomunicações.

Opinião com ressalva

Em nossa opinião, exceto pelos possíveis efeitos do assunto descrito no parágrafo base para opinião com ressalva, as demonstrações acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Associação Rede Nacional de Ensino e Pesquisa - RNP em 31 de dezembro de 2013, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis a entidades sem fins lucrativos (Resolução CFC 1.409/12).

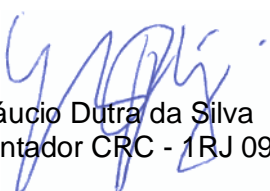
Ênfase

Continuidade das operações

Sem ressaltar nossa opinião, chamamos a atenção para a Nota 1, que indica que a Entidade incorreu em déficit de R\$ 3.896 mil durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2013, e que, naquela data, o total do passivo circulante excedeu o total do ativo circulante em R\$ 19.800 mil. Ainda conforme descrito na Nota 1, os recursos destinados ao custeio das atividades desenvolvidas pela Associação Rede Nacional de Ensino e Pesquisa - RNP são providos pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação - MCTI e estão atrelados ao Contrato de Gestão firmado originalmente em 16 de janeiro de 2007 com vigência de 4 anos, o qual foi renovado em 22 de dezembro de 2010 com vigência de 6 anos adicionais. Consequentemente a continuidade das operações da Entidade depende do recebimento desses recursos pelo MCTI e indicam a existência de incerteza significativa que pode levantar dúvidas quanto à capacidade de continuidade da Entidade.

Rio de Janeiro, 14 de fevereiro de 2014.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC - 2SP 015.199/O-6 - F - RJ



Gláucio Dutra da Silva
Contador CRC - 1RJ 090.174/O-4

Associação Rede Nacional de Ensino e Pesquisa - RNP

Balço patrimonial
31 de dezembro de 2013 e de 2012
(Em reais)

	<u>2013</u>	<u>2012</u>		<u>2013</u>	<u>2012</u>
Ativo			Passivo		
Circulante			Circulante		
Caixa	-	388	Fornecedores (Nota 12)	26.713.806	6.014.848
Depósito bancário à vista (Nota 3)	109	202.680	Obrigações fiscais (Nota 13)	951.962	573.591
Aplicações financeiras (Nota 4)	112.614.235	140.042.323	Obrigações sociais (Nota 14)	921.524	752.119
Clientes a receber (Nota 5)	387.946	1.985.062	Provisões trabalhistas (Nota 15)	2.890.830	2.023.334
Adiantamentos a terceiros (Nota 6)	312.882	327.217	Obrigações em circulação (Nota 16)	104.589.144	150.755.560
Crédito de funcionários (Nota 7)	565.910	365.891	Outras contas a pagar	41.957	46.910
Despesas pagas antecipadamente (Nota 8)	2.296.709	2.311.287			
Outros	131.940	76.419	Total do circulante	136.109.223	160.166.363
Total do circulante	116.309.731	145.311.266	Não circulante		
Não circulante			Provisão para contingências (Nota 17)	13.984.090	14.246.660
Despesas pagas antecipadamente (Nota 9)	13.667.123	15.914.366			
Depósitos judiciais (Nota 17)	498.765	-	Total do não circulante	13.984.090	14.246.660
	14.165.888	15.914.366			
Imobilizado (Nota 10)	29.694.753	26.948.706	Patrimônio social		
Intangível (Nota 11)	1.661.045	1.664.950	Patrimônio social	2.530.594	2.322.469
	31.355.798	28.613.656	Superávit acumulado	9.207.510	13.103.797
Total do não circulante	45.521.686	44.528.023	Total do patrimônio social	11.738.104	15.426.266
Total do ativo	161.831.417	189.839.289	Total do passivo e do patrimônio social	161.831.417	189.839.289

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Associação Rede Nacional de Ensino e Pesquisa - RNP

Demonstrações do déficit do exercício
Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e de 2012
(Em reais)

	2013	2012
Receitas com restrição		
Receita do contrato de gestão (Nota 16)	201.769.708	147.577.768
Receita de convênios (Nota 18)	6.579.450	11.895.088
Receitas sem restrição		
Receitas de prestação de serviços	3.435.947	1.520.656
Receita	211.785.105	160.993.512
(Custos e despesas)/receitas operacionais		
Despesas com pessoal	(37.590.492)	(28.901.245)
Provisão para contingências	262.570	-
Despesas gerais e administrativas (Nota 19)	(171.585.140)	(129.303.182)
Despesas tributárias	(872.110)	(906.538)
Despesas com contingências	(42.218)	(880.249)
Depreciação e amortização	(12.317.900)	(12.833.393)
Receitas financeiras	6.719.519	5.028.425
Outras receitas operacionais	99.801	356.608
Déficit do exercício	(3.896.287)	(6.446.061)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Associação Rede Nacional de Ensino e Pesquisa - RNP

Demonstrações das mutações do patrimônio social
Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e de 2012
(Em reais)

	Patrimônio social	Superávit acumulado	Total
Em 1º de janeiro 2012	2.317.506	19.549.857	21.867.363
Integralização de capital	4.963		4.963
Déficit do exercício		(6.446.061)	(6.446.061)
Em 31 de dezembro de 2012	<u>2.322.469</u>	<u>13.103.797</u>	<u>15.426.266</u>
Integralização de capital	208.125		208.125
Déficit do exercício		(3.896.287)	(3.896.287)
Em 31 de dezembro de 2013	<u>2.530.594</u>	<u>9.207.510</u>	<u>11.738.104</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Associação Rede Nacional de Ensino e Pesquisa - RNP

Demonstrações dos fluxos de caixa

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e de 2012

(Em reais)

	2013	2012
Déficit do exercício	(3.896.287)	(6.446.061)
Ajustes ao déficit do exercício		
Depreciação, amortização e provisão para perda	11.391.984	8.755.008
Provisão para contingências	(262.570)	880.249
Provisão para devedores duvidosos	(57.200)	(296)
Déficit ajustado	7.175.927	3.188.901
Variação do capital circulante		
Adiantamentos a terceiros	14.335	178.673
Cliente a receber	1.654.316	(1.290.148)
Despesas pagas antecipadamente	14.578	(15.786)
Depósitos judiciais	(498.765)	-
Crédito de funcionários	(200.019)	(75.759)
Impostos, taxas e contribuições	322.848	118.955
Fornecedores	20.698.958	2.028.896
Obrigações sociais	169.405	184.363
Provisões trabalhistas	867.496	(407.259)
Contas a pagar	(4.953)	(10.284)
Obrigações em circulação	(46.166.416)	44.662.804
Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades operacionais	(15.952.290)	48.563.357
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Aumento nas aplicações financeiras	27.428.088	(40.245.492)
Adições de imobilizado e intangível, líquidas	(11.886.882)	(8.121.619)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimento	15.541.206	(48.367.111)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Integralização de capital	208.125	4.963
Aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa	(202.959)	201.210
Caixa e equivalentes de caixa		
Saldo no início do exercício	203.068	1.858
Saldo no fim do exercício	109	203.068
Aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa	(202.959)	201.210

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Associação Rede Nacional de Ensino e Pesquisa - RNP

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2013 e de 2012
(Em reais)

1. Informações sobre a entidade

A Associação Rede Nacional de Ensino e Pesquisa (RNP), localizada na Avenida Lauro Muller 116 - 1103, Rio de Janeiro, RJ, foi qualificada como organização social por meio do Decreto nº 4.077, de 9 de janeiro de 2002. Tem como finalidade o desenvolvimento tecnológico da área de redes e suas aplicações, com o foco orientado para o suporte às atividades de ensino, notadamente, na educação superior e na pesquisa. Para isso, se constitui como a infraestrutura de rede de comunicação e computação para suporte à pesquisa brasileira, uma vez que propicia a integração de todo o sistema de pesquisa e ensino superior por meio de uma rede de alta capacidade, rica de serviços e aplicações. Por meio dessa rede nacional, ou *backbone*, chamada Rede Ipê, também são realizadas pesquisas para o desenvolvimento e teste de novas tecnologias de informação e comunicação (TIC). Essas tecnologias constituem a base da nova sociedade do conhecimento; seu domínio e uso são essenciais para o desenvolvimento do País. Nesse sentido, a própria rede se constitui como um laboratório nacional na qual os experimentos de TIC são realizados, permitindo que seus resultados possam beneficiar mais rapidamente os clientes.

A Entidade incorreu em déficit de R\$ 3.896 mil durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2013, e, naquela data, o total do passivo circulante excedeu o total do ativo circulante em R\$ 19.800 mil. As atividades desenvolvidas pela RNP estão atreladas a metas e prazos descritos no Contrato de Gestão, firmado entre o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) e a Associação, assinado originalmente em 26 de março de 2002 com vigência inicial de 5 anos. O mesmo foi renovado em 16 de janeiro de 2007, com prazo de vigência de 4 anos e, por fim, foi estabelecido novo contrato com início em 22 de dezembro de 2010 e vigência de 6 anos adicionais. A RNP depende do recebimento de repasse de recursos do MCTI para manutenção de suas atividades e de seu equilíbrio econômico-financeiro. Em virtude da natureza das operações da Organização, da vigência do Contrato de Gestão e da conformidade com os termos deste novo contrato a Administração da RNP entende que os recursos previstos e necessários serão disponibilizados à Organização na forma esperada.

2. Base de preparação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras da RNP são de responsabilidade de sua Administração e estão apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades sem fins lucrativos - Resolução CFC 1.409/12 (ITG 2002 - Entidade sem finalidade de lucros).

Associação Rede Nacional de Ensino e Pesquisa - RNP

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2013 e de 2012
(Em reais)

2. Base de preparação das demonstrações financeiras--Continuação

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base em diversas formas de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, também com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras.

As demonstrações financeiras da RNP para o exercício findo em 31 de dezembro de 2013 foram autorizadas para emissão por sua Diretoria Executiva em 14 de fevereiro de 2014.

As principais práticas contábeis utilizadas na preparação das demonstrações financeiras estão definidas a seguir. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os períodos apresentados, salvo disposição em contrário.

a) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem: caixa, saldos em caixa ou em conta movimento com risco insignificante de mudança de valor.

b) Apuração do superávit

O resultado é apurado pelo regime de competência.

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos sejam gerados para a RNP e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida.

c) Provisão para devedores duvidosos

É constituída com base em análise pela Administração da carteira, conjugada com a experiência operacional e a conjuntura econômica.

d) Imobilizado

Está registrado ao custo, deduzido das depreciações acumuladas. A depreciação de bens do imobilizado, é calculada pelo método linear às taxas anuais mencionadas na nota explicativa 10, que levam em consideração a vida útil-econômica desses bens. A Administração da RNP não identificou indícios de desvalorização do valor recuperável de seu ativo imobilizado.

Associação Rede Nacional de Ensino e Pesquisa - RNP

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2013 e de 2012
(Em reais)

2. Base de preparação das demonstrações financeiras--Continuação

d) Imobilizado--Continuação

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado em relação ao seu uso ou a sua venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no período em que o ativo for baixado.

O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

e) Intangível

Ativos Intangíveis refletem os custos de aquisição, deduzidos da amortização acumulada e das perdas para redução do valor recuperável, quando aplicável. O ativo intangível é composto por software, que é amortizado à vida útil econômica esperada.

f) Provisão para redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

g) Provisões

Geral

Provisões são reconhecidas quando a RNP têm uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, sendo provável que seja requerida uma estimativa confiável do valor da obrigação para que a mesma possa ser liquidada.

A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

Associação Rede Nacional de Ensino e Pesquisa - RNP

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2013 e de 2012
(Em reais)

2. Base de preparação das demonstrações financeiras--Continuação

g) Provisões--Continuação

Provisões para riscos cíveis e trabalhistas

A RNP é parte em diversos processos judiciais e administrativos; portanto, provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e quando uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências aplicáveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como, a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazos de prescrição aplicáveis, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

h) Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

O processo de elaboração das demonstrações financeiras em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicadas a entidades sem fins lucrativos requer que a Administração faça uso de julgamentos, estimativas e premissas que afetam os valores de receitas, despesas, ativos e passivos reportados nas demonstrações financeiras e nas suas notas explicativas.

Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a vida útil econômica e o valor residual do imobilizado e intangível, provisão para contingências e recuperabilidade dos ativos. O uso de estimativas e julgamentos é complexo e considera diversas premissas e projeções futuras e, por isso, a liquidação das transações pode resultar em valores diferentes das estimativas. A RNP revisa suas estimativas e premissas anualmente.

i) Instrumentos financeiros

Ativo financeiro

Ativos financeiros são classificados como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado e como empréstimos e recebíveis. A Entidade determina a classificação dos seus ativos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial, quando ele se torna parte das disposições contratuais do instrumento.

Associação Rede Nacional de Ensino e Pesquisa - RNP

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2013 e de 2012
(Em reais)

2. Base de preparação das demonstrações financeiras--Continuação

i) Instrumentos financeiros--Continuação

Ativo financeiro--Continuação

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, acrescidos, no caso de investimentos não designados a valor justo, por meio do resultado dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro.

Os ativos financeiros da Empresa incluem caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras e contas a receber.

Redução do valor recuperável de ativos financeiros

A Entidade avalia na data das demonstrações financeiras se há alguma evidência objetiva que determine se o ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, não é recuperável.

Um ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, é considerado como não recuperável se, e somente se, houver evidência objetiva de ausência de recuperabilidade como resultado de um ou mais eventos que tenham acontecido depois do reconhecimento inicial do ativo ("um evento de perda" incorrido) e este evento de perda tenha impacto no fluxo de caixa futuro estimado do ativo financeiro, ou do grupo de ativos financeiros, que possa ser razoavelmente estimado.

Passivos financeiros

Passivos financeiros são classificados como passivos financeiros a valor justo por meio do resultado ou como empréstimos e financiamentos, conforme o caso. A Entidade determina a classificação dos seus passivos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial.

Passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo e incluem contas a pagar a fornecedores.

Associação Rede Nacional de Ensino e Pesquisa - RNP

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2013 e de 2012
(Em reais)

2. Base de preparação das demonstrações financeiras--Continuação

i) Instrumentos financeiros--Continuação

Instrumentos derivativos

A Entidade não possui em 31 de dezembro de 2013 e 2012 nenhum instrumento derivativo de qualquer natureza em aberto. A entidade não realizou nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012 nenhuma transação com instrumento financeiro derivativo de qualquer natureza.

j) Demais ativos e passivos circulantes e não circulantes

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seu benefício econômico futuro seja gerado em favor da RNP e seu custo ou valor possa ser mensurado com segurança.

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Organização possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

k) Tributação

A RNP é uma associação civil sem fins lucrativos constituída nos termos da Lei 9.637/98 e tem suas atividades voltadas para o desenvolvimento tecnológico e de pesquisa, motivo pelo qual lhe é conferida a isenção tributária.

Caso a RNP não gozasse de isenção tributária, as receitas de prestação de serviços estariam sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

Imposto Sobre Serviços - ISS	5,00%
Programa de Integração Social - PIS	0,65%
Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS	3,00%

Associação Rede Nacional de Ensino e Pesquisa - RNP

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2013 e de 2012
(Em reais)

2. Base de preparação das demonstrações financeiras--Continuação

k) Tributação--Continuação

A tributação sobre o lucro compreenderia o imposto de renda e a contribuição social. O imposto de renda seria computado sobre o lucro tributável pela alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para os lucros que excedessem MR\$240 no período de 12 meses, e a contribuição social seria computada pela alíquota de 9% sobre o lucro tributável, reconhecidos pelo regime de competência. As inclusões ao lucro contábil de despesas, temporariamente não tributáveis, consideradas para apuração do lucro tributável corrente gerariam créditos ou débitos tributários diferidos.

l) Demonstração dos fluxos de caixa

A demonstração dos fluxos de caixa foi preparada e está apresentada de acordo com o CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa.

3. Depósitos bancários à vista

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Banco do Brasil S.A. - 37000	28	-
Banco do Brasil S.A. - 674001	-	56.043
Banco do Brasil S.A. - 271004	28	-
Banco do Brasil S.A. - 274003	3	
Banco do Brasil S.A. - 27500X	28	146.637
Banco do Brasil S.A. - 676004	22	
	109	202.680

Associação Rede Nacional de Ensino e Pesquisa - RNP

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2013 e de 2012
(Em reais)

4. Aplicações financeiras

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Renda fixa - FIX	82.206.228	119.155.152
Renda fixa - DI	4.690.491	20.358.143
Fundo cambial	10.388.219	-
Poupança	15.329.297	529.028
	<u>112.614.235</u>	<u>140.042.323</u>

Estão demonstradas ao custo acrescido dos rendimentos auferidos, que não supera o seu valor de realização.

5. Contas a receber

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Duplicatas a receber	413.866	2.068.182
PECLD	(25.920)	(83.120)
	<u>387.946</u>	<u>1.985.062</u>

A movimentação da perda estimada com créditos de liquidação duvidosa (PECLD) durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2013 foi como segue:

Saldo em 31 de dezembro de 2012	(83.120)
(+) Complemento/acerto PECLD	(25.920)
(-) Baixas ocorridas	83.120
Saldo em 31 de dezembro de 2013	<u>(25.920)</u>

6. Adiantamentos a terceiros

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Adiantamento a fornecedores	208.994	181.270
Adiantamento de viagens	102.025	142.543
Outros	1.863	3.404
	<u>312.882</u>	<u>327.217</u>

Associação Rede Nacional de Ensino e Pesquisa - RNP

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2013 e de 2012
(Em reais)

7. Crédito de funcionários

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Adiantamento de viagens	251.580	178.785
Adiantamento de salário	120.224	15.568
Antecipação de férias	192.606	161.755
Outros	1.500	9.783
	<u>565.910</u>	<u>365.891</u>

8. Despesas pagas antecipadamente (circulante)

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Prêmios de seguros	310.552	325.130
Adiantamento a fornecedores	1.986.157	1.986.157
	<u>2.296.709</u>	<u>2.311.287</u>

9. Despesas pagas antecipadamente (não circulante)

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Adiantamentos diversos	2.577.746	2.838.832
Adiantamento a fornecedores	11.089.377	13.075.534
	<u>13.667.123</u>	<u>15.914.366</u>

Em julho de 2010 a RNP celebrou junto a OI, um convênio para desenvolvimento de tecnologias em aplicação de rede. Nos termos deste convênio, a RNP pagou à esta operadora o montante de R\$19.861.571 e, em contrapartida, recebeu o direito de uso de capacidade e infraestrutura a ser provido pela mesma nos postos de presença da RNP pelos próximos 10 anos.

Por se tratar de um direito da RNP a mesma fará a apropriação ao resultado à medida que as capacidades e a estrutura venham sendo utilizadas. No exercício findo em 31 de dezembro de 2013 a despesa apropriada ao resultado foi de R\$1.986.157 (R\$1.986.157 em 2012).

Associação Rede Nacional de Ensino e Pesquisa - RNP

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2013 e de 2012
(Em reais)

10. Imobilizado

	Taxas Anuais de depreciação	Residual dez/2012	Aquisições	Baixas	Depreciação anual	Residual dez/2013
Equipamentos de computação	20%	20.062.041	9.451.784	(756.576)	(7.693.564)	21.063.685
Máquinas e equipamentos	10%	2.908.350	1.361.058	(202.972)	(232.836)	3.833.600
Benfeitorias em propriedade de terceiros	10%	778.657	-	(2.800)	(251.713)	524.144
Móveis e utensílios	10%	3.691.365	1.128.190	(286.263)	(520.306)	4.012.986
Instalações	10%	-	-	(116)	116	-
Provisão para perda	0%	(1.192.359)	94.511	-	-	(1.097.848)
Importação em andamento	0%	700.652	5.443.424	(4.785.890)	-	1.358.186
		26.948.706	17.478.967	(6.034.617)	(8.698.303)	29.694.753

A depreciação do exercício findo em 31 de dezembro de 2013 foi de R\$8.698.303 (R\$8.693.185 em 2012) e está registrada no resultado do exercício. Não há bens do ativo imobilizado dados em garantia a terceiros. No exercício de 2013 ocorreram baixas no ativo, por doação, no montante de R\$1.248.727.

A Entidade revisou a vida útil econômica estimada para o cálculo da depreciação. Para a elaboração dessa análise, a RNP considerou o seu planejamento operacional para os próximos exercícios, os antecedentes internos, como o nível de manutenção e de utilização dos bens, como também, elementos externos de comparação, tais como as tecnologias disponíveis. Em conclusão, não houve alteração no tempo de vida útil econômica dos ativos.

11. Intangível

	Taxas Anuais de amortização	Residual dez/2012	Aquisições	Baixas	Amortização anual	Residual dez/2013
Sistema aplicativo software	20%	1.664.950	773.688	(331.156)	(446.437)	1.661.045
		1.664.950	773.688	(331.156)	(446.437)	1.661.045

A amortização do exercício findo em 31 de dezembro de 2013 foi de R\$446.437 (R\$659.386 em 2012) e está registrada no resultado do exercício.

Foram realizadas baixas no montante de R\$331.156 (R\$85 em 2012) referentes à avarias e a ajuste após a realização do inventário do exercício.

Associação Rede Nacional de Ensino e Pesquisa - RNP

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2013 e de 2012
(Em reais)

12. Fornecedores

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Fornecedores de serviços de telecomunicações	20.043.216	4.668.713
Fornecedores de serviços profissionais	6.670.590	647.587
Outros fornecedores de serviços	-	698.548
	<u>26.713.806</u>	<u>6.014.848</u>

13. Obrigações fiscais

Refere-se basicamente ao Imposto de Renda Retido na Fonte de pessoas físicas e de pessoas jurídicas, nos exercícios findos de 31 de dezembro de 2013 e de 2012 que apresentaram, respectivamente, os saldos de R\$951.962 e R\$573.591.

14. Obrigações sociais

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
INSS	687.775	577.786
FGTS	202.135	151.182
PIS	31.614	23.151
	<u>921.524</u>	<u>752.119</u>

15. Provisões trabalhistas

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Férias	2.150.246	1.504.988
INSS sobre férias	568.566	397.948
FGTS sobre férias	172.018	120.398
	<u>2.890.830</u>	<u>2.023.334</u>

Associação Rede Nacional de Ensino e Pesquisa - RNP

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2013 e de 2012
(Em reais)

16. Obrigações em circulação

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Contrato de Gestão - MCTI	104.399.109	150.393.152
Finep - Rute	-	290.459
Finep - Ticampi	-	56.043
Finep - Giga	16.975	15.906
Finep - Sibratec	173.060	-
	<u>104.589.144</u>	<u>150.755.560</u>

O Contrato de Gestão da RNP é o instrumento pelo qual o contratante, ou seja, o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), faz os repasses de recursos para o atendimento ao plano de trabalho da RNP.

As entradas dos recursos do Contrato de Gestão, bem como os recursos dos convênios FINEP, são registradas na conta de Obrigações em Circulação, tendo em vista a verdadeira realização das receitas ocorrer no momento de realização dos projetos e não no momento de entrada no caixa da Organização. À medida em que os projetos correlatos são executados, as obrigações em circulação são baixadas e a respectiva receita é apropriada ao resultado do exercício.

Com base nos aditivos ao Contrato de Gestão, pactuados em 2013, o MCTI, deverá repassar à RNP, em 2014, recursos adicionais no valor total de R\$163.020.295 para a continuidade do fomento e execução de atividades de pesquisas tecnológicas, desenvolvimento e operação de meios de serviços de difusão do conhecimento na área de tecnologia de informação e de comunicação, conforme apresentado abaixo:

	<u>2013</u>
6º Termo Aditivo do Contrato de Gestão - MCTI	156.120.295
7º Termo Aditivo do Contrato de Gestão - MCTI	6.900.000
	<u>163.020.295</u>

Até a data de encerramento destas demonstrações financeiras o montante acima enumerado ainda não havia sido disponibilizado para a Entidade pelo MCTI.

Associação Rede Nacional de Ensino e Pesquisa - RNP

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2013 e de 2012
(Em reais)

17. Provisão para contingências

A RNP é parte em processos judiciais ou em riscos potenciais que, na avaliação dos consultores jurídicos, levando em consideração experiências com naturezas semelhantes, foram classificadas de acordo com o risco de perda provável.

A Administração entende que os encaminhamentos e providências legais cabíveis já tomados em cada processo são suficientes para preservar o seu patrimônio, registrando o reconhecimento de provisões para perdas dos processos judiciais em 31 de dezembro de 2012 e de 2013 de acordo com a probabilidade de perda. Os valores envolvidos estão abaixo discriminados:

	2013	2012
Trabalhistas	13.315.019	13.661.625
Cíveis	669.071	585.035
	13.984.090	14.246.660

Contingências trabalhistas

Foi atualizada a provisão no montante de R\$13.315.019, referente ao passivo contingencial trabalhista classificado como de risco provável.

Contingências cíveis

Processo Judicial Cível nº 0254808-17.2010.8.19.0001

Foi realizado um aumento de R\$84.036 na provisão efetuada para atender a contingência passiva da ação judicial impetrada pela empresa Global Crossing Comunicações do Brasil Ltda., com base na atualização monetária do valor referente às mensalidades não pagas e de acordo com o levantamento realizado pelo perito contábil nomeado pelo Juiz e datado de 8 de dezembro de 2011. Com isso, o montante atual classificado como risco de perda provável e provisionado no passivo é de R\$669.071 (R\$585.035 em 2012).

A parcela relativa à diferença entre o montante provisionado e o valor total atribuído à causa, também corrigido, apresenta o montante integral de R\$24.469.725 referente à soma da multa rescisória com o valor do excedente de banda questionados, classificados como de risco possível e, portanto, não provisionados.

Associação Rede Nacional de Ensino e Pesquisa - RNP

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2013 e de 2012
(Em reais)

17. Provisão para contingências--Continuação

Contingências tributárias

Processo Judicial Tributário nº 0020983-94.2013.4.02.5101

O processo, que tramitava no âmbito administrativo fiscal na Receita Federal do Brasil, de nº 13706.000843/2001-08, foi para a esfera judicial por vontade da RNP e sobre o valor cobrado foi realizado o depósito em montante integral de R\$498.765. Por já ter sido realizado o depósito do valor questionado pela Fazenda Federal, o risco foi classificado como possível.

O valor corrigido para 31 de dezembro de 2013 é de R\$507.529 (R\$483.924 em 2012).

Processo Administrativo Tributário nº 12448.723763/2013-85

O processo em epígrafe trata-se da cobrança pela Receita Federal do Brasil da Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (Cofins) sobre todo o montante de recursos recebido pela RNP no exercício de 2008. O valor envolvido é de R\$11.319.627, considerando o principal somado à multa e aos juros incidentes sobre o mesmo. Este processo foi classificado como possível e, por isso, também não encontra-se provisionado.

18. Receita de convênios

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Redecomep	19	5.577.856
Rute	290.459	1.049.740
Emp. Brasileira de Comunicação	1.200.000	908.490
Ministério das Comunicações	3.747.541	-
Fapesp	199.074	-
Caribbean	171.267	233.668
Ancine	629.638	3.085.057
Outros	341.452	1.040.277
	<u>6.579.450</u>	<u>11.895.088</u>

Associação Rede Nacional de Ensino e Pesquisa - RNP

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2013 e de 2012
(Em reais)

18. Receita de convênios--Continuação

A receita de convênios é a forma pela qual a RNP busca alavancar recursos adicionais que servem tanto para estender projetos em curso quanto para atender aos conveniados em serviços de rede ou para complementar a infraestrutura própria destinada à integração de novas organizações e novas comunidades. Com isso, propicia o aumento da base de clientes, diminuindo a vulnerabilidade da RNP em relação ao Contrato de Gestão como único e grande cliente.

19. Despesas gerais e administrativas

	2013	2012
Serviço de cooperativas - táxi	373.127	334.544
Treinamentos e cursos	2.039.888	1.506.583
Consultoria e assessoria - ESR	877.356	513.156
Consultoria de gestão de projetos	2.398.615	1.138.246
Consultoria e assessoria em pesquisa e desenvolvimento de projeto	871.851	2.008.499
Consultoria de suporte e manutenção de rede	823.376	1.193.370
Consultoria e assessoria de informática e congêneres	3.728.307	1.915.294
Consultoria de sistema de informação	11.572.928	7.602.672
Conectividade internacional	6.668.470	8.075.015
Conectividade nacional	83.892.262	59.753.826
Serviço de terceirização de mão de obra	1.858.102	3.435.992
Serviço de instalação, manutenção e configuração de equipamentos	18.116.651	8.002.224
Serviço de suporte e manutenção de software	3.435.288	550.426
Serviços especializados - eventos	452.106	733.077
Assessoria em design	384.320	501.627
Convênio de cooperação acadêmica	5.749.745	7.930.391
Assessoria de imprensa	499.780	478.908
Viagens	8.860.230	8.111.113
Consumo de materiais e produtos	1.625.115	4.055.094
Ocupação	2.973.164	2.373.611
Utilidades e serviços	1.077.393	926.989
Outras despesas	13.307.066	8.162.525
	171.585.140	129.303.182

Associação Rede Nacional de Ensino e Pesquisa - RNP

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2013 e de 2012
(Em reais)

20. Transações com partes relacionadas

Remuneração e pessoal-chave

No exercício findo em 31 de dezembro de 2013, a remuneração total da Alta Gerência da RNP foi de R\$1.346.966 (R\$1.344.482 em 2012). A Associação não concede benefícios pós-emprego ou outros de longo prazo para os seus diretores e colaboradores.

A Organização é dirigida por seu Conselho de Administração (dirigente máximo). Os Conselheiros e seus suplentes não recebem remuneração alguma por parte da RNP.

21. Cobertura de seguros

Em 31 de dezembro de 2013 os ativos da RNP estavam segurados contra sinistros pelo valor máximo indenizatório de R\$8.170.079 para equipamentos diversos, tais como roteadores e servidores (R\$6.140.769 em 2012), e de R\$410.282 para notebooks (R\$129.719 em 2012) pelo valor total pago de prêmio de R\$338.739 (R\$354.687 em 2012), compreendendo o seguro dos riscos dos equipamentos diversos mencionados no valor de R\$286.346 e de notebooks no valor de R\$52.438 (R\$311.472 e R\$43.215, respectivamente, em 2012).

Em virtude da localização diversificada dos bens da organização e da análise de risco efetuada pela seguradora contratada, o valor máximo indenizatório se refere à perda por sinistro da localidade com a maior localização valorada de equipamentos, que é o município de Campinas.

No entanto, caso o sinistro ocorra em qualquer outra localidade do país, todas as perdas estarão cobertas até o limite máximo indenizatório.

Além disso, ao longo do ano, o seguro é revisto e atualizado conforme a probabilidade de mudança do critério anteriormente mencionado, com o objetivo de resguardar o patrimônio.